

Brasileveículos Companhia de Seguros

CNPJ: 01.356.570/0001-81



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da Brasileveículos Companhia de Seguros relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

A Brasileveículos Companhia de Seguros atua no segmento de seguros de automóveis, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Reformulação societária

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de

novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e o run-off do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da Brasileveículos Companhia de Seguros para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos

No exercício de 2018 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 1,4 bilhões, retração de 6,1% em relação ao exercício do ano anterior, em função das alterações nas políticas de subscrição.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2018 foi de 102,8%, aumento de 3,9 p.p. em relação ao exercício do ano anterior, impactado pela alta sinistralidade da carteira de automóvel. No ano realizamos revisões de processos, ferramentas, sistemas e políticas, como de subscrição da Companhia.

Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 79,4

milhões, na forma de dividendos e de juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 51,9 milhões e R\$ 27,5 milhões, respectivamente, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 20 de fevereiro, 12 de março, 11 de junho, 20 de agosto e 12 de novembro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da Brasileveículos Companhia de Seguros uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da Administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneras e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 262,6 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		1.568.417	1.629.850	Circulante		1.328.680	1.412.419
Disponível		1.055	3	Contas a pagar		93.766	135.861
Caixa e bancos		1.055	3	Obrigações a pagar	15a	44.425	65.647
Equivalente de caixa		8.982	284	Impostos e encargos sociais a recolher	15b	43.308	45.572
Aplicações	5	783.679	756.835	Encargos trabalhistas		2.770	4.988
Créditos das operações com seguros e resseguros		589.766	603.688	Impostos e contribuições	16	2.151	8.461
Prêmios a receber	7	589.766	603.688	Outras contas a pagar		1.112	11.193
Outros créditos operacionais	8	13.837	17.277	Débitos de operações com seguros e resseguros		54.789	83.764
Títulos e créditos a receber		45.587	61.897	Prêmios a restituir		8	68
Títulos e créditos a receber	9	7.274	5.936	Corretores de seguros e resseguros	17	54.735	83.608
Créditos tributários e previdenciários	26b	34.817	41.164	Outros débitos operacionais		46	88
Outros créditos	10	3.496	14.797	Depósitos de terceiros	18	20.367	25.126
Outros valores e bens		25.700	84.757	Provisões técnicas - seguros	19	1.159.758	1.167.668
Bens à venda	11	25.700	84.746	Danos		1.157.790	1.165.790
Outros valores		-	11	Pessoas		1.968	1.878
Despesas antecipadas		781	927	Passivo não circulante		963.958	901.890
Custos de aquisição diferidos	12	99.030	104.182	Provisões técnicas - seguros	19	457.871	387.244
Seguros		99.030	104.182	Danos		457.244	386.781
Ativo não circulante		1.166.900	1.179.250	Pessoas		627	463
Realizável a longo prazo		1.108.425	1.105.377	Outros débitos		506.087	514.646
Aplicações	5	389.891	373.464	Provisões judiciais	23	506.087	514.646
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.353	11.233	Patrimônio líquido	24	442.679	494.791
Prêmios a receber	7	14.353	11.233	Capital social		335.319	335.319
Títulos e créditos a receber		673.761	695.658	Reservas de lucros		107.125	159.521
Créditos tributários e previdenciários	26b	90.777	86.459	Ajustes de avaliação patrimonial		235	(49)
Depósitos judiciais e fiscais	23	582.984	609.199				
Custos de aquisição diferidos	12	30.420	25.022				
Seguros		30.420	25.022				
Investimentos		370	382				
Participações societárias		358	369				
Outros investimentos		12	13				
Imobilizado	13	1.772	2.247				
Bens móveis		444	832				
Outras imobilizações		1.328	1.415				
Intangível	14	56.333	71.244				
Outros intangíveis		56.333	71.244				
Total do ativo		2.735.317	2.809.100	Total do passivo		2.735.317	2.809.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	25b	1.426.108	1.518.306
(-) Variação das provisões técnicas de prêmios		(17.597)	(17.560)
(+) Prêmios ganhos	25a	1.408.511	1.500.746
(+) Receita com emissão de apólices		4.304	4.518
(-) Sinistros ocorridos	25c	(981.197)	(1.036.430)
(-) Custos de aquisição	25d	(180.083)	(183.109)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(40.246)	(44.468)
(-) Despesas administrativas	25f	(231.721)	(210.495)
(-) Despesas com tributos	25g	(27.746)	(12.537)
(+) Resultado financeiro	25h	94.475	110.695
(+) Receitas financeiras		107.486	130.006
(-) Despesas financeiras		(13.011)	(19.311)
(+) Resultado patrimonial		8	87
(=) Resultado operacional		46.305	129.007
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		3	200
(=) Resultado antes dos impostos e participações		46.308	129.207
(-) Imposto de renda	26a	(4.848)	(21.441)
(-) Contribuição social	26a	(11.869)	(17.487)
(-) Participações sobre o resultado		(2.570)	(6.502)
(=) Lucro líquido do exercício		27.021	83.777
(/) Quantidade de ações		72.762.823	72.762.823
(=) Lucro líquido por ação - R\$		0,37	1,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	27.021	83.777
Outros resultados abrangentes	284	328
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	517	596
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(233)	(268)
Resultado abrangente do exercício	27.305	84.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	27.021	83.777
Ajustes para:	981.245	1.030.916
Depreciação e amortizações	18.707	15.240
Variação dos custos de aquisição diferidos	(246)	(5.123)
Ativos fiscais diferidos	(40)	11.619
Perda por redução ao valor recuperável	(2.178)	(4.721)
Variações das provisões técnicas	965.005	1.014.101
Ganhos e perdas	(3)	(200)
Variação nas contas patrimoniais:	(898.279)	(991.572)
Aplicações	(43.271)	(22.608)
Créditos das operações de seguros e resseguros	14.158	(13.945)
Créditos tributários e previdenciários	1.876	(19.668)
Despesas antecipadas	146	154
Outros ativos	72.673	33.556
Depósitos judiciais e fiscais	26.215	(33.612)
Impostos e contribuições	26.061	28.298
Obrigações a pagar	(31.954)	1.685
Débitos de operações com seguros e resseguros	(30.365)	4.444
Depósitos de terceiros	(4.759)	(3.791)
Provisões técnicas - seguros e resseguros (nota nº 2b)	(902.288)	(990.777)
Provisões judiciais	(8.559)	25.044
Outros passivos	(18.496)	(680)
Ajuste a valor justo - Títulos disponível para venda	284	328
Caixa gerado pelas operações	109.987	123.121
Imposto de renda sobre o lucro pago	(17.489)	(6.660)
Contribuição social sobre o lucro pago	(14.882)	(14.408)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	77.616	102.053
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	3.568	552
Investimentos	12	84
Imobilizado	205	302
Intangível	3.351	166
Pagamento pela compra:	(6.874)	(16.742)
Imobilizado	(141)	(182)
Intangível	(6.733)	(16.560)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.306)	(16.190)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(64.560)	(95.720)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(64.560)	(95.720)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.750	(9.857)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	287	10.144
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.037	287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros		Ajustes com		Lucros	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de investimento	títulos e valores mobiliários acumulados		
Saldo em 1º de janeiro de 2017	335.319	63.418	124.059	(377)	-	522.419
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	328	-	328
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 07 de março de 2017	-	-	(4.400)	-	-	(4.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(15.600)	-	-	(15.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	-	-	(24.000)	-	-	(24.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.700)	-	-	(6.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 01 de setembro de 2017	-	-	(5.400)	-	-	(5.400)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(700)	-	-	(700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	(3.500)	-	-	(3.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 07 de março de 2017	-	-	(9.400)	-	-	(9.400)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	-	-	(9.000)	-	-	(9.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Juros sobre o capital próprio - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	-	-	(5.000)	-	-	(5.000)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	-	-	-	-	(3.800)	(3.800)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.777	83.777
Distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	3.647	-	-	(3.647)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.733)	(10.733)
Reserva de investimentos	-	-	60.097	-	(60.097)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	335.319	67.065	92.456	(49)	-	494.791
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	284	-	284
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	(3.867)	-	-	(3.867)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	(12.000)	-	-	(12.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	(19.950)	-	-	(19.950)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	-					

☆ continuação

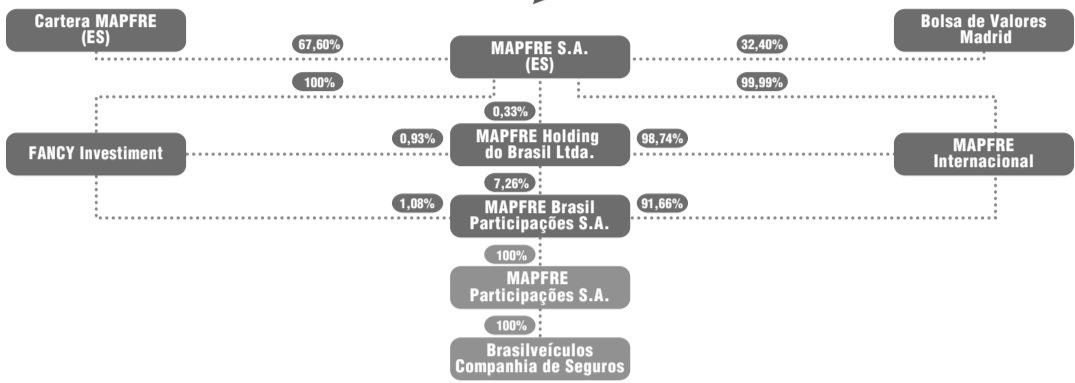
Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilveículos Companhia de Seguros (doravante designada "Brasilveículos" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81. A Companhia iniciou suas operações de seguros em 1997 e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automotível em todo o território nacional. A rede de distribuição da Companhia tem cobertura nacional e conta com uma sinergia com a rede de distribuição bancária do Banco do Brasil S.A., além do atendimento através da internet e centrais telefônicas. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as

Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) celebraram o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18/2018, de 06 de novembro de 2018, foi deferido a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da Brasilveículos Companhia de Seguros para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3e - Classificação dos contratos de seguros; • Notas 3l, 3m, 19 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 5 - Aplicações; • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 38) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii.* **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii.* **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv.* **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguro e resseguro", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v.* **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 5c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia manteve operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i.* **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* **Operações de seguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Custos de Aquisição Diferidos, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices cuja vigência tenha expirado e que não tenham sido canceladas. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponde à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. *iii.* **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base *pro rata-die* ao longo do

período de pagamento das parcelas dos prêmios. **g) Operações com o convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, os resultados mensais são repassados líquidos aos participantes do consórcio no mês seguinte a sua competência. **h) Outros valores e bens:** É composto substancialmente por salvados à venda que são estimados e contabilizados, pelo resultado na combinação do histórico de vendas da Seguradora e da Tabela FIPE ou Molcar, líquido dos custos de venda. No exercício a Companhia efetuou revisão das premissas de valoração dos salvados. **i) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 17 meses. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 13. **k) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *pro rata-die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros, líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste, foi comparado à soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 68,9% para a Companhia. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, e são apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Neste exercício, a Companhia efetuou revisão das premissas de provisionamento das ações judiciais cíveis não relacionadas a sinistros e das ações judiciais trabalhistas. Para ações judiciais cíveis não relacionadas a sinistros, as ações sem decisão judicial, anteriormente classificadas como perdas possíveis passaram a ser classificadas como perdas prováveis. Ainda decisões desfavoráveis de primeira e segunda instância, foram classificadas como perdas prováveis. Para as ações judiciais trabalhistas, a alteração se concentrou nas ações que após decisão desfavorável de primeira instância, foram classificadas como perdas prováveis e por consequência foram provisionadas. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i.* **Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii.* **Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento

continua ☆



-☆ continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas com inspeção de riscos e rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Companhia não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade do processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm, em seus regimentos, a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício

adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Região geográfica	2018		2017	
	Auto	16%	Auto	16%
Centro Oeste	224.431	16%	238.555	16%
Nordeste	330.270	24%	336.582	23%
Norte	63.374	5%	61.574	4%
Sudeste	535.113	38%	582.477	40%
Sul	242.389	17%	254.902	17%
Total (*)	1.395.577	100%	1.474.090	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ (6.278) (R\$ (6.756) em 2017) e R\$ 36.809 (R\$ 50.972 em 2017). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise; as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
		2018	2017
a. IBNR	Aumento do IBNR	(2.495)	
b. Sinistralidade	Aumento na sinistralidade	(49.060)	

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição ao risco de crédito reduzida, uma vez que a Companhia opera com produto de característica massificada. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber para os ramos de riscos a decorrer que, é o caso do automóvel, é considerada menor uma vez que a cobertura não é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo A para alocação no caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018:

Ativos financeiros - Rating	2018					Total
	AAA	AA+	AA-	A	BBB-	
Títulos de renda fixa públicos (*)	1.156.847	-	-	-	-	1.156.847
Debêntures	2.413	-	-	-	-	2.413
Letras financeiras	11.710	1.516	1.084	-	-	14.310
Total	1.170.970	1.516	1.084	-	-	1.173.570

Ativos financeiros - Rating	2017					Total
	AAA	AA+	AA-	A	BBB-	
Títulos de renda fixa públicos (*)	1.062.437	-	-	-	-	1.062.437
Debêntures	4.832	6.729	8.671	-	21.641	41.873
Fundo de investimento em direitos creditórios	12.550	-	-	-	-	12.550
Letras financeiras	-	-	12.025	1.414	-	13.439
Total	1.079.819	6.729	20.696	1.414	21.641	1.130.299

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 326.921 (R\$ 363.165 em 2017). A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's Fitch e Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *Stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *Stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstos para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração

do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

	2018			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	1.055	-	-	1.055
Equivalente de caixa	8.982	-	-	8.982
Aplicações (*)	332.211	557.948	145.743	1.035.902
Créditos das operações com seguros e resseguros	589.766	14.353	-	604.119
Outros créditos operacionais	13.837	-	-	13.837
Títulos e créditos a receber (**)	10.770	-	-	10.770
Outros valores e bens	24.289	1.411	-	25.700
Despesas antecipadas	781	-	-	781
Custos de aquisição diferidos	99.030	30.420	-	129.450
Total do ativo	1.080.721	604.132	145.743	1.830.596
Provisões técnicas (*)(**)	1.152.237	297.268	30.455	1.479.960
Contas a pagar	93.766	-	-	93.766
Débitos das operações com seguros e resseguros	54.789	-	-	54.789
Depósitos de terceiros	20.367	-	-	20.367
Total do passivo	1.321.159	297.268	30.455	1.648.882

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	3	-	-	3
Equivalentes de caixa	284	-	-	284
Aplicações (*)	612.178	384.241	-	996.419
Créditos das operações com seguros e resseguros	603.688	11.233	-	614.921
Outros créditos operacionais	17.277	-	-	17.277
Títulos e créditos a receber (**)	20.733	-	-	20.733
Outros valores e bens	57.056	27.701	-	84.757
Despesas antecipadas	927	-	-	927
Custos de aquisição diferidos	104.182	25.022	-	129.204
Total ativo	1.416.328	448.197	-	1.864.525
Provisões técnicas (*)(**)	1.048.183	341.226	31.711	1.421.120
Contas a pagar	135.861	-	-	135.861
Débitos das operações com seguros e resseguros	83.764	-	-	83.764
Depósitos de terceiros	25.126	-	-	25.126
Total passivo	1.292.934	341.226	31.711	1.665.871

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 137.668 (R\$ 133.880 em 2017) e R\$ 137.669 (R\$ 133.792 em 2017), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 582.984 (R\$ 609.199 em 2017), e provisões judiciais de R\$ 506.087 (R\$ 514.646 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 125.594 (R\$ 127.623 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil S.A. com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

Fundo	2018	
	Liquidez	VaR Patrimônio
	3.5	901.959

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM (Asset & Liability Management)* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,18 anos (1,73 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 132.568 (R\$ 627.520 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros; e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 1.173.570 (R\$ 1.130.299 em 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 137.668 (R\$ 133.880 em 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.035.902 (R\$ 996.419 em 2017). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	2018	
	Impacto no patrimônio líquido	(bruto de impostos)
Taxa de juros e cupons	10.156	
a) Elevação de taxas	(10.156)	
b) Redução de taxas		

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes.

-☆ continua

☆ continuação

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição.

Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para *report* de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o

capital base e o capital de risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis

Patrimônio Líquido	2018
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	442.679
Despesas antecipadas	(358)
Ativos intangíveis	(781)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	(56.333)
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	385.207
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.901
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.428
Ajustes econômicos (b)	7.329
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	314.138
Capital de risco de subscrição	279.479
Capital de risco de crédito	43.021
Capital de risco operacional	9.424
Capital de risco de mercado	5.215
Correlação entre os riscos	(23.001)
Capital mínimo requerido (c)	314.138
Suficiência de capital (d=a+b-c)	78.398
Suficiência de capital (d/c)	25%
Índice de Solvência [e=(a+b)/c]	1,25

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez como se segue:

Capital de risco (a)	314.138
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016 - 20% sobre CR	62.838
Ativos livres - Nota explicativa nº 21 - (b)	135.276
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)	43%

5. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia de valor justo	Vencimento				Ativos			Total				
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/perda não realizado	2018	2017		
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		372	167.309	145.743	464.494	777.918	777.921	777.918	(3)	777.918	66%	522.142	46%
Fundos de investimentos		372	167.309	145.743	464.494	777.918	777.921	777.918	(3)	777.918	100%	509.592	98%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	372	167.309	145.743	-	313.424	313.427	313.424	(3)	313.424	40%	2.835	1%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	9.714	2%
Operações compromissadas (*)	1	-	-	-	326.921	326.921	326.921	326.921	-	326.921	42%	363.165	71%
DPVAT	2	-	-	-	137.668	137.668	137.668	137.668	-	137.668	18%	133.880	26%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	2	-	-	-	(95)	(95)	(95)	(95)	-	(95)	0%	(1)	0%
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	0%
Carteiras administradas												12.550	2%
Fundos de investimentos em direitos creditórios (FDIC)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%
Ativos financeiros disponíveis para venda		5.013	127.983			132.996	132.568	132.996	428	132.996	12%	146.279	13%
Carteiras administradas		5.013	127.983			132.996	132.568	132.996	428	132.996	100%	146.279	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	-	96.813	-	-	96.813	96.838	96.813	(25)	96.813	73%	90.967	62%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	-	19.460	-	-	19.460	19.032	19.460	428	19.460	15%	-	0%
Debêntures	2	2.413	-	-	-	2.413	2.411	2.413	2	2.413	2%	41.873	29%
Letras financeiras (LF)	2	2.600	11.710	-	-	14.310	14.287	14.310	23	14.310	11%	13.439	9%
Ativos mantidos até o vencimento			262.656			262.656	262.656	273.385	10.729	262.656	22%	461.878	41%
Fundos de investimentos			262.656			262.656	262.656	273.385	10.729	262.656	100%	461.878	100%
Notas do tesouro nacional - Série B (NTN-B)	1	-	262.656	-	-	262.656	262.656	273.385	10.729	262.656	100%	440.909	95%
Notas do tesouro nacional - Série F (NTN-F)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.969	5%
Total		5.385	557.948	145.743	464.494	1.173.570	1.173.145	1.184.299	11.154	1.173.570	100%	1.130.299	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *Market to Model* do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **d) Taxa de juros contratada**

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% SELIC	100% SELIC	13,82%	13,40%
NTN-B	5,62%	3,82%	5,62%	3,82%
NTN-F	-	-	9,47%	9,47%
LTN	13,11%	7,05%	13,31%	8,23%
Debêntures	111,5% do CDI	100% do CDI	0,35 CDI + 0,75%a.a.	CDI + 0,69%a.a.
Debêntures	111,5% do CDI	100% do CDI	0,35 111,50% do CDI	104,25% do CDI
LF	107,5% do CDI	102,75% do CDI	107,50% do CDI	104,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2017		Aplicações		Resgates		Ajuste		Rendimentos		Saldo em 2018	
	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2017	em 2018	em 2018
Valor justo por meio do resultado	522.142	962.428	(747.504)	-	40.852	777.918	-	-	-	-	522.142	962.428
Disponíveis para venda	146.279	18.073	(40.980)	517	8.507	132.996	-	-	-	-	146.279	18.073
Mantidos até o vencimento	461.878	747	(234.662)	-	34.693	262.656	-	-	-	-	461.878	747
Total	1.130.299	981.248	(1.022.546)	517	84.052	1.173.570	517	84.052	1.173.570	517	1.130.299	981.248

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção às movimentações, minimizando os riscos de mercado. A utilização de derivativos (Futuro DI) está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico, e diante ao cenário atual, a exposição de investimentos ao risco foi reduzida comparado ao cenário anterior, não havendo movimentações de proteção (*hedge*) a partir do dia 17 de dezembro de 2018.

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

Ramos	2018		2017	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)
Automóvel	368.302	(9.888)	358.414	424.733
Responsabilidade civil facultativa	154.016	(4.649)	149.367	123.182
Assistência e outras coberturas - Auto	87.975	(2.329)	85.646	67.726
Acidentes pessoais passageiros	9.513	(382)	9.131	7.562
Auxílio funeral	1.459	(9)	1.450	931
Compreensivo residencial	112	(1)	111	107
Total	621.377	(17.258)	604.119	624.241

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota 3d.ii. Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta. O parcelamento médio dos prêmios a receber é de 180 dias.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2018	2017
Saldo inicial	614.921	595.805
(+) Prêmios emitidos	1.517.430	1.630.920
(+) IOF	(900)	872
(+) Adicional de fracionamento	2.471	942
(-) Prêmios cancelados	(104.475)	(153.900)
(-) Recebimentos	(1.417.390)	(1.464.889)
(+/-) Constituição / Reversão de redução ao valor recuperável	(7.938)	5.171
Saldo final	604.119	614.921

b) Composição por prazo de vencimento: Os prêmios a receber por vencimento, nas datas a seguir indicadas, estão distribuídos da seguinte forma:

	2018	2017
A vencer até 30 dias	131.519	149.618
A vencer de 31 a 60 dias	93.901	101.576
A vencer de 61 a 120 dias	137.306	144.751
A vencer de 121 a 180 dias	88.992	87.449
A vencer de 181 a 365 dias	90.055	73.523
A vencer acima de 365 dias	14.353	11.233
Total a vencer	556.126	568.150
Vencidos até 30 dias	41.548	42.037
Vencidos de 31 a 60 dias	2.512	1.621
Vencidos de 61 a 120 dias	2.035	1.146
Vencidos de 121 a 180 dias	838	683
Vencidos de 181 a 365 dias	724	816
Vencidos acima de 365 dias	336	468
Total vencidos	47.993	46.771
Total	604.119	614.921

8. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto por solicitações de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 13.837 (R\$ 17.277 em 2017).

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2018	2017
Ressarcimento a receber	6.609	5.936
Compartilhamento de despesas administrativas a receber (nota explicativa nº 26)	665	-
Total	7.274	5.936

10. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Adiantamentos a funcionários	2.117	3.456
Adiantamentos administrativos	1	10.109
Saldos bancários bloqueados	1.378	1.232
Total	3.496	14.797

11. OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens à venda (salvados)		
De 1 a 30 dias	6.759	18.132
De 31 a 60 dias	5.977	9.960
De 61 a 120 dias	5.846	11.840
De 121 a 180 dias	2.069	6.907
De 181 a 365 dias	3.638	10.206
Superior a 365 dias	1.411	27.701
Total	25.700	84.746

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

Ramos	2018		2017	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)
Automóvel	77.482	(82.588)	31.822	28.026
Responsabilidade civil facultativa	17.943	(16.434)	1.868	1.847
Assistência e outras coberturas - Auto	335	(309)	335	309
Acidentes pessoais passageiros	99.030	(104.182)	30.420	25.022
Demais ramos	129.450	(129.204)	246	5.123
Total	129.204	(129.081)	129.204	129.204



-☆ continuação

Brasileículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual	2017	Aquisição	Baixa	Depreciação	2018
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	743	-	(130)	(283)	330
Veículos	20%	89	123	(75)	(23)	114
Outras imobilizações	10%	1.415	21	-	(108)	1.328
Total		2.247	144	(205)	(414)	1.772
	Taxa anual	2016	Aquisição	Baixa	Depreciação	2017
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	1.057	78	(16)	(376)	743
Veículos	20%	99	84	(75)	(19)	89
Outras imobilizações	10%	1.520	20	(11)	(114)	1.415
Total		2.676	182	(102)	(509)	2.247

14. INTANGÍVEL

	Taxa anual	2017	Aquisição	Baixa	Amortização	2018
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	71.244	6.733	(3.351)	(18.293)	56.333
	Taxa anual	2016	Aquisição	Baixa	Amortização	2017
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	69.581	16.560	(166)	(14.731)	71.244

15. CONTAS A PAGAR

a) Obrigações a pagar

	2018	2017
Fornecedores	27.651	38.645
Compartilhamento de despesas administrativas a pagar (nota explicativa nº 26)	12.902	9.992
Participação nos lucros a pagar	2.880	5.292
Honorários remunerações e gratificações	350	827
Cheques a compensar	-	25
Dividendos mínimos obrigatórios	-	10.733
Outros	642	133
Total	44.425	65.647

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo no início do exercício	1.066.835	302.695	147.591	31.862	5.929	1.554.912
Constituições	1.459.059	-	19.461	10.205	29.917	1.518.642
Diferimento pelo risco decorrido	(1.441.457)	-	-	-	-	(1.441.457)
Aviso de sinistros	-	785.199	-	-	-	785.199
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(878.156)	-	-	(24.133)	(902.289)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	116.846	-	-	-	116.846
Atualização monetária e juros	-	(14.224)	-	-	-	(14.224)
Saldo no final do exercício	1.084.437	312.360	167.052	42.067	11.713	1.617.629

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total
Saldo no início do exercício	1.049.571	308.228	152.964	15.311	5.513	1.531.587
Constituições	778.878	-	-	16.550	11.570	806.998
Diferimento pelo risco decorrido	(761.614)	-	-	-	-	(761.614)
Aviso de sinistros	-	783.058	-	-	-	783.058
Pagamento de sinistros/benefícios	-	(979.625)	-	-	(11.152)	(990.777)
Ajuste de estimativa de sinistros	-	194.898	-	-	-	194.898
Atualização monetária e juros	-	(3.865)	-	-	-	(3.865)
Reversões	-	-	(5.373)	-	-	(5.373)
Saldo no final do exercício	1.066.835	302.694	147.591	31.861	5.931	1.554.912

(*) Inclui o montante de R\$ 181.512 (R\$ 153.597 em 2017) referente a provisão de sinistros a liquidar judiciais (vide nota explicativa nº 22).

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	7.117.430	1.135.022	1.143.994	1.067.365	914.211	802.426	802.426
Um ano após o aviso	7.323.974	1.172.772	1.179.552	1.094.011	945.256	-	945.256
Dois anos após o aviso	7.344.478	1.183.179	1.196.206	1.104.064	-	-	1.104.064
Três anos após o aviso	7.369.903	1.198.925	1.201.684	-	-	-	1.201.684
Quatro anos após o aviso	7.385.454	1.201.592	-	-	-	-	1.201.592
Cinco anos ou mais após o aviso	7.385.755	-	-	-	-	-	7.385.755
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2018	7.385.755	1.201.592	1.201.684	1.104.064	945.256	802.426	12.640.777
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	7.292.379	1.169.301	1.177.677	1.084.392	927.407	681.982	12.333.138
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	93.376	32.291	24.006	19.673	17.849	120.444	307.639
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2018 (*)	-	-	-	-	-	-	87.310
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT)	-	-	-	-	-	-	394.949
Provisões DPVAT	-	-	-	-	-	-	137.669
Retrocessão	-	-	-	-	-	-	574
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR)	-	-	-	-	-	-	533.192
Montante de sinistros pagos							
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.826.489	888.060	899.146	897.995	770.594	681.982	681.982
Um ano após o aviso	7.136.273	1.140.457	1.163.283	1.073.857	927.407	-	927.407
Dois anos após o aviso	7.200.361	1.157.645	1.171.958	1.084.392	-	-	1.084.392
Três anos após o aviso	7.240.957	1.164.099	1.177.677	-	-	-	1.177.677
Quatro anos após o aviso	7.268.135	1.169.301	-	-	-	-	1.169.301
Cinco anos ou mais após o aviso	7.292.379	-	-	-	-	-	7.292.379
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	7.292.379	1.169.301	1.177.677	1.084.392	927.407	681.982	12.333.138

A Companhia não cede riscos a resseguradores.

(*) Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados e Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisões técnicas	1.617.629	1.554.912
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(80.068)	(91.175)
Direitos creditórios	(499.266)	(497.395)
DPVAT	(137.669)	(133.792)
Total a ser coberto	900.626	832.550
Quotas e fundos de investimentos	902.906	850.140
Títulos de renda fixa - públicos	116.273	90.967
Títulos de renda fixa - privados	16.723	55.312
Total de aplicações	1.035.902	996.419
Ativos livres	135.276	163.869

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAIS

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Provável	4.189	181.512	181.512	4.796	153.597	153.597
Total	4.189	181.512	181.512	4.796	153.597	153.597

Lei nº	Tipo	Base	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco		
					2018	2017	2018	2017	2018	2017	
(I) 9.718/1998	COFINS	Receita prêmio	05/1999 a 12/2014	PROVÁVEL	435.420	422.503	510.998	493.499	435.420	422.503	
(I) 9.718/1998	COFINS	Receita financeira	05/1999 a 12/2014	POSSÍVEL	-	-	-	-	103.015	99.850	
(I) 9.718/1998	PIS	Receita financeira	05/1999 a 12/2014	POSSÍVEL	-	-	-	-	6.505	6.296	
(IV) 12.973/2014	COFINS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSÍVEL	-	-	-	-	31.188	26.648	
(IV) 12.973/2014	PIS	Receita financeira	01/2015 a 12/2018	POSSÍVEL	-	-	-	-	5.068	4.330	
									Total risco provável	435.420	422.503
									Total risco possível	145.776	137.124
									Total geral	581.196	559.627

Nota	Tipo	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco		
					2018	2017	2018	2017	2018	2017	
(1)	PIS	EC 17/1997	01/1996 a 01/1999	POSSÍVEL	7.867	7.074	7.867	7.648	7.867	7.074	
(2)	IRPJ	Dedutibilidade da CSLL	1997 em diante	PROVÁVEL	-	46.322	-	48.847	-	46.322	
(3)	CSLL	Aumento da alíquota	06/2008 em diante	POSSÍVEL	31.437	27.586	31.437	30.366	31.437	27.586	
(4)	IRPJ	Compensação	2003	POSSÍVEL	-	-	2.439	2.328	2.439	2.328	
(5)	IRPJ	Ação anulatória	2005/2006	PROVÁVEL	8.404	-	8.404	-	8.404	-	
									Total risco provável	8.404	46.322
									Total risco possível	41.743	36.988
									Total geral	50.147	83.310

continua -☆



☆ continuação

Brasilveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Nota (1) - PIS - EC nº 17/1997 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/1997, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo nº 195 da CF/1988. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. **Nota (2) - IRPJ** - A Companhia pleitou judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL), para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 em diante. O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância. Julgado prejudicado o Recurso Extraordinário interposto pela Companhia, face ao julgamento do STF no RE nº 582.525. Convertidos os depósitos judiciais em pagamento definitivo. **Nota (3) - CSLL** - A Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) de 9% para 15%. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira e segunda instância, e negou-se seguimento ao seu Recurso Extraordinário, restando mantida a decisão desfavorável de segunda instância. Aguarda conversão dos depósitos judiciais em pagamento definitivo. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. A partir de 2012 passou a recolher integralmente o tributo. A Companhia discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% (Lei nº 13.169/2015 - período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018), mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda decisão de Apelação. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. **Nota (4) - IRPJ** - A Companhia ingressou com ação anulatória de débito, face a não homologação por parte da Receita Federal quanto à Pedido de Compensação de saldo negativo de IRPJ-2003, em razão de discutir e depositar judicialmente o IRPJ no mesmo período. Aguarda-se julgamento de Apelação.

b) Movimentação

	2018			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	503.485	9.875	1.286	514.646
Constituições/reversões	-	6.384	10.031	16.415
Atualização monetária	26.844	1.256	266	28.366
Baixas	(47.201)	(1.149)	(4.990)	(53.340)
Saldo final	483.128	16.366	6.593	506.087

	2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	479.779	9.293	530	489.602
Constituições/reversões	-	926	3.420	4.346
Atualização monetária	23.706	883	80	24.669
Baixas	-	(1.227)	(2.744)	(3.971)
Saldo final	503.485	9.875	1.286	514.646

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda:

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Fiscais	10	631.344	483.128	9	644.198	503.485
Provável	3	443.824	443.824	2	468.825	468.825
Possível	7	187.520	39.304	7	175.373	34.660
Trabalhistas	254	111.384	16.366	257	90.638	9.875
Provável	153	74.426	16.366	54	35.789	9.875
Possível	10	2.235	-	66	26.191	-
Remota	91	34.723	-	137	28.658	-
Cíveis	4.943	880.693	6.593	5.503	844.046	1.286
Provável	323	56.097	6.593	183	16.569	1.286
Possível	976	56.527	-	991	62.774	-
Remota	3.644	768.069	-	4.329	764.703	-
Total	5.207	1.623.421	506.087	5.769	1.578.882	514.646

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 335.319 (R\$ 335.319 em 2017) e está representado por 72.762.823 ações nominativas e sem valor nominal (72.762.823 ações em 2017), das quais 40.941.755 ações ordinárias e 31.821.068 ações preferenciais sem direito a voto. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada em Reuniões do Comitê de Direção em 08 de março e 02 de junho de 2017 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos Administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	27.021	83.777
Constituição da reserva legal (5%)	-	3.647
Lucro líquido ajustado	27.021	80.130
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	10.733
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	-	5.500
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	-	3.800
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	51.917	60.300
Juros sobre o capital próprio de anos anteriores	27.500	31.400
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	294%	126%
Total de dividendos distribuídos e pagos	79.417	101.000

	2018	2017
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	44.686	56.830
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	34.731	44.170
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	40.941.755	40.941.755
Ações preferenciais	31.821.068	31.821.068
Dividendos distribuídos por ações:		
Ações ordinárias	1,09	1,39
Ações preferenciais	1,09	1,39

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajuste com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste ao valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramo	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Automóvel	850.357	968.067	76,06%	63,90%	12,52%	12,12%
Responsabilidade civil facultativa	317.023	273.580	73,52%	106,39%	15,40%	15,18%
Assistência e outras coberturas - Auto	180.615	182.859	38,11%	44,67%	11,89%	11,23%
DPVAT	36.814	50.677	81,00%	84,62%	1,20%	1,19%
Acidentes pessoais passageiros	20.283	21.963	12,45%	9,69%	11,94%	11,30%
Demais ramos	3.419	3.600	4,82%	2,54%	12,11%	16,99%
Total	1.408.511	1.500.746	69,66%	69,06%	12,79%	12,20%

	2018	2017
b) Prêmios emitidos	1.426.108	1.518.306
Prêmios diretos	1.389.299	1.411.630
Prêmio DPVAT	36.809	50.972
Recuperação dos custos iniciais de contratação (*)	-	55.704
c) Sinistros ocorridos	(981.197)	(1.036.430)
Sinistros	(935.683)	(1.029.226)
Provisão de sinistros avisados mas não suficientemente avisados - IBNeR	(10.205)	(16.550)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(41.291)	(41.749)
Salvados	66.287	102.739
Serviço de assistência	(61.783)	(65.856)
Ressarcimentos	9.324	9.405
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(7.846)	4.807
d) Custo de aquisição	(180.083)	(183.109)
Comissões	(164.625)	(171.980)
Variação das despesas de comercialização diferidas	246	5.123
Despesas com apólices e/ou contratos	(4.731)	(5.701)
Despesa com inspeção de riscos	(10.973)	(10.551)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(40.246)	(44.468)
Redução ao valor recuperável - Prêmios a receber	(6.255)	4.615
Endomarketing	(6.503)	(9.281)
Processos judiciais	(10.031)	(4.706)
Vistoria	(881)	(943)
Despesa com cobrança	(5.916)	(6.233)
Rastreadores	(24.958)	(21.705)
Receitas/(despesas) com DPVAT	(3.834)	(4.114)
Outras receitas/(despesas) operacionais	18.132	(2.101)
f) Despesas administrativas	(231.721)	(210.495)
Pessoal próprio	(123.331)	(104.436)
Serviços de terceiros	(51.599)	(47.555)
Localização e funcionamento	(41.287)	(40.744)
Publicidade e propaganda	(2.754)	(4.176)
Publicações	(231)	(215)
Outras receitas administrativas	(12.519)	(13.369)

	2018	2017
g) Despesas com tributos	(27.746)	(12.537)
COFINS	(21.491)	(23.398)
COFINS - Créditos tributário	1.573	15.615
PIS	(3.807)	(3.806)
PIS - Créditos tributário	256	2.537
IPTU	(335)	(299)
Taxa de fiscalização	(3.765)	(2.818)
Outras despesas com tributos	(177)	(368)
h) Resultado financeiro	94.475	110.695
Receitas financeiras	107.486	130.006
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor por meio do resultado	40.852	45.854
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	8.507	15.370
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	34.693	35.997
Juros sobre equivalentes de caixa	30	65
Atualização monetária	465	8.347
Operações de seguros	8.426	20.508
Atualização monetária - PSLJ	14.224	3.865
Outras receitas financeiras	289	-
Despesas financeiras	(13.011)	(19.311)
Consórcio DPVAT	(8.794)	(13.879)
Taxa de administração	(1.911)	(1.862)
Despesas financeiras com operação de seguros	(40)	(58)
Atualização monetária sobre provisões judiciais e juros e mora	1.522	(964)
Outras	(744)	(2.548)

(*) Conforme Circular SUSEP nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG).

i) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros Participações S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros Participações S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. • Call Center localizado na cidade de Franca: Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros Participações S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos da Brasilseg. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício, estão demonstrados a seguir:

Companhia	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de Pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Edifício Torre Alfa	3.236	3.357	12.424	14.854	12.076	43.307	27.736	61.518	4.495
Call Center - São Carlos	527	707	1.809	2.710	-	-	2.336	3.417	680
Total	3.763	4.064	14.233	17.564	12.076	43.307	30.072	64.935	5.175

GRUPO MAPFRE	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de Pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento									
Edifício Torre Alfa	20.312	21.075	77.993	93.248	75.808	271.857	174.113	386.180	30.345
Call Center - São Carlos	3.308	4.440	11.354	17.011	-	-	14.662	21.451	4.271
Total	23.620	25.515	89.347	110.259	75.808	271.857	188.775	407.631	34.616

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	4.738	4.738	122.705	122.705
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(10.910)	(8.748)	(30.652)	(24.541)
Diferenças temporárias	(2.952)	(2.362)	460	368
Diferenças permanentes	(56)	(45)	(428)	(143)
Amortização de ágio	-	-	11.346	-
Juros sobre o capital próprio	6.875	5.500	8.800	7.040
Deduções incentivadas	679	-	839	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.364)	(5.655)	(9.635)	(17.276)
Constituição/reversão de crédito tributário	2.952	2.362	(11.806)	(368)
Ajustes relativos a períodos anteriores	(1.436)	(3.709)	-	-
Ajuste de crédito tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	-	(4.867)	-	157
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.848)	(11.869)	(21.441)	(17.487)
Alíquota efetiva (%)	11%	27%	17%	14%

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2017	Constituições	Reversões	2018
Tributos a compensar	26.489	62.483	(69.516)	19.456
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	14.493	8.415	(7.635)	15.273
Tributos retidos na fonte	182	303	(397)	88
Total circulante	41.164	71.201	(77.548)	34.817
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	62.589	2.886	(2.694)	62.781
Contingências cíveis	514	4.641	(2.518)	2.637
Provisão para riscos de crédito	4.457	94.991	(92.984)	6.464
Provisão para participação nos lucros	2.383	33.116	(34.348)	1.151
Contingências trabalhistas	3.949	3.116	(519)	6.546
Outras provisões	4.603	23.552	(25.737)	2.418
Tributos diferidos sobre ágio	-			

☆ continuação

Brasileveículos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)**

	2018	2017		2018	2017
Resultado					
Sinistros ocorridos	(15.878)	(126.323)	MAPFRE Tech S.A.	(260)	-
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. (2)	(980)	(3.492)	Despesas administrativas - Compartilhamento	(180.547)	(167.301)
MAPFRE Assistência Ltda. (3)	(2.373)	(62.740)	Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(3.063)	(4.631)
Maxpar Serviços Automotivos Ltda.	(38)	-	Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	(37.709)	(22.164)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	-	(4)	MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(137.177)	(138.268)
MAPFRE Serviços S.A. (3)	(12.487)	(60.087)	MAPFRE Vida S.A. (1)	(2.598)	(2.238)
Custo de aquisição	(164.937)	(172.190)	Despesas financeiras - Taxa de administração	(2.520)	(4.039)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(164.937)	(172.190)	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	(2.520)	(4.039)
Outras receitas e despesas operacionais	(12.602)	(9.335)	Total do resultado	(385.586)	(485.010)
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(6)	-	(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Companhia, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a serviços de administração com páteo de salvados. (3) Refere-se a serviços de assistência 24h. (4) Refere-se a despesas de comercialização dos produtos. (5) Refere-se a despesas do plano de saúde dos funcionários. a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.		
BB Administradora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	-	(4)	28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR		
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (4)	(12.534)	(9.269)	A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 266 (R\$ 316 em 2017).		
Caixa de Assistência dos Funcionários	(50)	(60)	29. OUTRAS INFORMAÇÕES		
Federação Nacional de Associação Atlética	(12)	-	Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Companhia.		
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	-	(2)			
Outras receitas e despesas operacionais - Compartilhamento	(3.598)	(2.495)			
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(26)	(34)			
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	(3.494)	(2.328)			
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(78)	(133)			
MAPFRE Vida S.A. (1)	-	-			
Despesas administrativas	(5.504)	(3.327)			
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(15)	(32)			
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	-	(19)			
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	-	(132)			
Ligth Serviços de Eletricidade S.A.	(155)	-			
MAPFRE Saúde Ltda.	(5.064)	(3.144)			
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	(10)	-			

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

Brasileveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Brasileveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimen-

tos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasileveículos Companhia de Seguros.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasileveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Brasileveículos Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasileveículos Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasileveículos Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Re-

latório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção re-

Anexo I	
Brasileveículos Companhia de Seguros	
<i>(Em milhares de Reais)</i>	
	2018
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	
Total de provisões técnicas	1.617.629
Total de provisões técnicas auditadas(*)	1.479.960
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões Técnicas auditadas (a)	1.479.960
Valores redutores auditados (b)	579.334
Total a ser coberto (a-b)	900.626
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	314.138
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	314.138
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	392.536
Exigência de Capital (CMR) (b)	314.138
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	78.398
Ativos garantidores (d)	1.035.902
Total a ser Coberto (e)	900.626
Suficiência/ (Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	135.276
Ativos Líquidos (g)	135.276
Capital de Risco (CR) (h)	314.138
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	43%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0114, 0531, 0542, 0929	1.250
0520, 0525	2.000
0553	4.000

levante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

KPMG
KPMG Auditores Independentes **Fernando Antônio Rodrigues Alfredo**
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

DIRETORIA**Luis Gutiérrez Mateo**
Diretor Presidente**Agustín David Bello Conde Valdes**
Francisco Eugênio Labourt**Maurício Galian**
Raphael de Luca Júnior**CONTADORA****Daniele Gomes Yoshida - CRC 1SP 255783/O-1****ATUÁRIA****Vera Lúcia Fernandes Lopes - MIBA 817**